

## Madeira aguarda relatório obrigatório sobre qualidade da água

Resultados nacionais já são conhecidos e preocupantes: 25% das análises obrigatórias a tóxicos na água ficaram por fazer

O Instituto Regulador das Águas e Resíduos publicou, há cerca de duas semanas, o relatório sobre o controlo da qualidade da água para consumo humano, referente a 2004.

Os dados são preocupantes e revelam que, em Portugal, mais de 65 mil das análises obrigatórias ficaram por realizar.

Um número demasiado elevado, que pode esconder situações causadoras de problemas para a saúde pública.

Os dados publicados dizem respeito, no entanto, às análises efectuadas no território continental e nos Açores.

Efectivamente, a Madeira, à luz da nova legislação, está a elaborar um relatório próprio, da competência da Direcção Regional do Ambiente (DRA).

Como explicou Domingos Abreu, a União Europeia obriga todos os Estados-membros a procederem à elaboração de um relatório anual sobre a qualidade da água para consumo humano.

O relatório é produzido pelas autoridades competentes que, no caso de Portugal, é o Instituto Regulador das Águas e Resíduos e, no caso da Madeira, a Direcção Regional do Ambiente.

Como realçou o director regional, esta será a primeira vez que a Região procederá à elaboração desse relatório, pelo que o seu atraso justifica-se.

«O Instituto já tem uma rotina estabelecida, que fez sair de forma mais célere os dados nacionais. Como esta será a primeira vez que vamos elaborar esse relatório, estamos com todas as formalidades e ele ainda está a ser finalizado. Mas contamos que até ao final do mês já o possamos tornar público», assegurou.

Ainda segundo Domingos Abreu, todos os meses as autarquias regionais fazem análises à água, por forma a controlar a qualidade e, em caso de algum problema, proceder à sua correcção.

Quanto à qualidade da água, o director garantiu, também, que os dados que todos os meses chegam à DRA permitem confirmar a boa qualidade desta.

Além disso, sublinhou, a nota dominante emanada pelo relatório é que, após o período de adaptação da directiva-quadro e dos processos, todas as autarquias fazem essas análises.

«Esta é uma situação que em muito beneficia pela instalação do laboratório de qualidade da água na Região, a IGA. Mas também pela consolidação das intervenções e o forte investimento ao nível das infra-estruturas feito nos últimos anos», disse.

Quanto ao facto de 25% das análises terem ficado por fazer no resto do território nacional, Domingos Abreu explicou que, na Madeira, esse número ainda está a ser trabalhado, mas, realçou, muitas vezes esse incumprimento dá-se devido a avarias na máquina ou por um reagente estar fora de prazo e que, do ponto de vista factual, configura como uma análise não realizada.